



# Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:**  
 Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Evidence Previdência S.A. (Evidence) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep.

**Mercado de Atuação**  
 A Evidence, integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de previdência complementar sendo suas operações voltadas, principalmente, para a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. Em atendimento ao §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 15.177/2025, a Evidence informa que:

(i) Empregados por nível hierárquico: A Evidence não possui empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (ii) Composição da administração: Em 31 de dezembro de 2025, a administração era composta por 4 membros, dos quais 100% mulheres. Em 31 de dezembro de 2024, era composta por 3 membros, dos quais 100% mulheres.

(iii) Remuneração segregada por sexo: Não houve pagamento de remuneração fixa, variável ou eventual nos exercícios de 2025 e 2024.

**Desempenho Econômico - Financeiro**  
 Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 775 milhões (31/12/2024 - R\$ 757 milhões). O resultado apresentado em 31 de dezembro de 2025 foi lucro líquido de R\$ 16 milhões (31/12/2024 - R\$ 23 milhões de prejuízo) e provisões técnicas de previdência complementar de R\$ 1,5 bilhões (31/12/2024 - R\$1,6 bilhões).

**Auditoria Independente**  
 A política de atuação da Evidence na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que

preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Evidence informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, a Evidence confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2026.  
**A Diretoria Executiva**

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Contribuições para Cobertura de Riscos			1.024	1.128
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios			3	20
<b>Prêmios Ganhos</b>			<b>1.027</b>	<b>1.148</b>
<b>Despesas de Resseguros</b>			<b>(258)</b>	<b>(31)</b>
<b>Sinistros Ocorridos</b>			<b>(3.949)</b>	<b>(5.139)</b>
Rendas de Contribuições e Prêmios			4.950	5.742
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder			4.629	5.939
<b>Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL</b>			<b>9.579</b>	<b>11.680</b>
Variação de Outras Provisões Técnicas			68.744	26.185
Outras Receitas e Despesas Operacionais			-	26.282
Despesas Administrativas	10	(15.836)	(14.757)	(14.757)
Despesas com Tributos	11	(9.167)	(8.105)	(75.939)
Resultado Financeiro	12	(23.759)	(26.381)	(38.376)
<b>Resultado Operacional</b>			<b>26.381</b>	<b>(38.376)</b>
<b>Resultado antes dos Impostos</b>			<b>26.381</b>	<b>(38.376)</b>
Imposto de Renda	13.d	(6.535)	(9.758)	(9.758)
Contribuição Social	13.d	(3.935)	(5.843)	(5.843)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>			<b>15.911</b>	<b>(22.775)</b>
Número de Ações (Mil)	9.a	42.819.564	42.819.564	42.819.564
Lucro Líquido (Prejuízo) por Lote de Mil Ações (em R\$)			0,0004	(0,0005)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>		<b>15.911</b>	<b>(22.775)</b>
Outros Resultados Abrangentes			
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultado Abrangentes	5.c	4.094	(6.112)
Efeitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros ao Valor Justo em			
Outros Resultado Abrangentes	13.c	(1.694)	2.444
<b>Resultado Abrangente</b>		<b>18.311</b>	<b>(26.443)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>		<b>15.911</b>	<b>(22.775)</b>
<b>Ajustes ao Lucro (Prejuízo) Líquido</b>		<b>(3.516)</b>	<b>(41.145)</b>
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	7.c	5.584	4.104
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	7.c	66	16
Impostos Diferidos	13.c	(8.965)	(44.626)
Atualização de Impostos a Compensar	12	(201)	(639)
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>37.566</b>	<b>64.019</b>
Redução (Aumento) em Aplicações		154.107	137.600
Redução (Aumento) Créditos das operações com Previdência Complementar		(19)	(38)
Redução (Aumento) Títulos e Créditos a Receber		5.898	25.850
Aumento (Redução) Contas a Pagar		18.401	8.211
Aumento (Redução) em Depósitos de Terceiros		(4)	2
Aumento (Redução) Provisões Técnicas - Previdência Complementar		(114.441)	(89.513)
Aumento (Redução) em Outros Débitos		(5.209)	(4.365)
Imposto Pago		(21.167)	(13.728)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento</b>		<b>(50.000)</b>	<b>-</b>
Dividendos Pagos		(50.000)	-
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>(39)</b>	<b>99</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(39)</b>	<b>99</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	4	<b>326</b>	<b>227</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	4	<b>287</b>	<b>326</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>750.000</b>	<b>8.011</b>	<b>(2.274)</b>	<b>-</b>	<b>833.132</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(3.668)	-	(3.668)
Prejuízo Líquido	9.b	-	-	-	(22.775)	(22.775)
Absorção do Prejuízo		-	-	(22.775)	-	(22.775)
Destinações:						
Dividendos Mínimos		-	-	-	-	-
Reserva Legal		-	-	-	-	-
Reservas para Equalização de Dividendos		-	(50.000)	-	-	(50.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>750.000</b>	<b>8.011</b>	<b>(5.942)</b>	<b>-</b>	<b>756.689</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>750.000</b>	<b>8.011</b>	<b>(5.942)</b>	<b>-</b>	<b>(76.443)</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(5.942)	-	(5.942)
Lucro Líquido		-	-	2.400	15.911	18.311
Dividendos Mínimos		-	-	-	-	-
Reserva Legal		-	(152)	-	-	(152)
Reserva para Equalização de Dividendos		-	796	-	-	796
Aumento (Redução) em Depósitos de Terceiros		-	15.115	-	(15.115)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>750.000</b>	<b>8.807</b>	<b>(3.542)</b>	<b>-</b>	<b>774.848</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>796</b>	<b>14.963</b>	<b>2.400</b>	<b>18.159</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
 A Evidence Previdência S.A. (Evidence), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 - Cj. 131, Parte 1, Bloco A, Cond. Wotrore - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP - CEP 04543-011, integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. As operações da Evidence são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade. No âmbito operacional, a Evidence possui por finalidade exclusiva administrar carteira de planos de previdência complementar denominados Tradicionais e Fundos Garantidores de Benefícios (FGB), sendo certo que a referida carteira se encontra em fase de esvaziamento (*runoff*). A carteira FGB está encerrada para comercialização e não faz parte da estratégia da Evidence comercializar novos planos. A Evidence está inserida no ambiente de tecnologia do Banco Santander, que tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Evidence foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 648 de 15 de novembro de 2021 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 19 de novembro de 2021 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Diretoria executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, na reunião realizada em 25 de Fevereiro de 2026.

#### a) Normas e Interpretações

Na data de preparação destas demonstrações financeiras as novas normas e resoluções estão descritas abaixo:

I - Reforma da Tributação sobre o Consumo

A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.

Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.

Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com obrigações acessórias mais sofisticadas (Notas Fiscais e Declaração do Regime Específico - DeRF) e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de *split payment*), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.

Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.

No caso do setor financeiro, a Reforma Tributária estabeleceu um regime específico para as operações de crédito e estima-se que não haverá aumento do custo de crédito para o tomador final relativamente à carga tributária atual. Por outro lado, determinados setores financeiros, sujeitos ao regime geral de tributação, podem estar sujeitos a maior pressão tributária na ótica do consumidor final, o que poderá gerar eventuais ajustes na estrutura de precificação ao longo do período de implantação do novo regime.

Os efeitos imediatos identificados até o momento concentram-se, primordialmente, no âmbito operacional, com destaque para os impactos tecnológicos, com a necessidade de ajustes nos sistemas informáticos internos, nos cadastros e nos controles automatizados.

A Administração vem acompanhando esses impactos e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança, bem como revisando projeções de resultados e de fluxo de caixa para refletir a transição gradual do modelo tributário atual para o novo sistema.

Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, nem em seus indicadores de capital, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.

#### b) Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Evidence na elaboração das demonstrações financeiras. A Evidence faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e suposições requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos na Nota 3-e;
  - Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos na Nota 3-h;
  - Provisões técnicas relacionadas às atividades de previdência são discutidos na Nota 3-i;
  - Teste de adequação do passivo (TAP) que são apresentados na Nota 3-j; e
  - Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-l.
- As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:
- Mudanças nas taxas de juros;
  - Mudanças nos índices de inflação;
  - Regulamentação governamental e questões fiscais;
  - Processos ou disputas judiciais e administrativas adversas;
  - Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
  - Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro;
  - Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional; e
  - Mudanças no comportamento da carteira no que se refere a mortalidade, sobrevivência e invalidez.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência. As contribuições de planos previdenciários são reconhecidas no resultado quando do seu efetivo recebimento, exceto com relação às contribuições de riscos, que são reconhecidas pelo início da vigência do risco.

#### b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Evidence.

#### c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir ao seu valor justo ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

	Notas Explicativas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo Circulante</b>		<b>916.473</b>	<b>1.028.691</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>17.083</b>	<b>68.098</b>
Obrigações a Pagar		497	50.116
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		1.024	1.026
Impostos e Contribuições		14.335	15.778
Outras Contas a Pagar		1.227	1.178
<b>Depósitos de Terceiros</b>		<b>-</b>	<b>4</b>
<b>Provisões Técnicas - Previdência Complementar</b>	8	<b>899.313</b>	<b>960.491</b>
<b>Planos não Bloqueados</b>		<b>899.313</b>	<b>960.491</b>
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC		891.239	956.693
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNAG		46	49
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL		-	1.534
Provisão de Rendas Vencidas (PVR)		3.220	-
Outras Provisões		4.748	2.215
<b>Outros Débitos</b>		<b>77</b>	<b>98</b>
Provisões Judiciais	7	77	98
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>594.379</b>	<b>648.777</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>72</b>	<b>1.671</b>
Tributos Diferidos	13.b	72	1.671
<b>Provisões Técnicas - Previdência Complementar</b>	8	<b>592.797</b>	<b>646.059</b>
<b>Planos não Bloqueados</b>		<b>592.797</b>	<b>646.059</b>
Provisão de Excedente Financeiro - PEF		552.249	533.308
Outras Provisões		1.208	1.817
Outros Débitos		39.340	110.934
Provisões Judiciais	7	780	259
Diversos		730	788
<b>Patrimônio Líquido</b>	9	<b>774.848</b>	<b>756.689</b>
Capital Social		750.000	750.000
Reservas de Lucros		28.390	12.631
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(3.542)	(5.942)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>774.848</b>	<b>756.689</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>2.285.700</b>	<b>2.434.157</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>750.000</b>	<b>8.011</b>	<b>77.395</b>	<b>(2.274)</b>	<b>-</b>	<b>833.132</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(3.668)	-	(3.668)
Prejuízo Líquido	9.b	-	-	-	-	(22.775)	(22.775)
Absorção do Prejuízo		-	-	(22.775)	-	-	(22.775)
Destinações:							
Dividendos Mínimos		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal							

...Continuação



# Evidence Previdência S.A.

CNPJ nº 13.615.969/0001-19

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### ii) Tábua, indexadores e taxas dos principais produtos:

Descrição	Tábua	Indexador	Taxa de Juros
Planos de Aposentadoria (FGB)	AT-83 Male - IAM, AT-55 e AT-49 Male	IGP-M, ICPA e TR	6% a.a.
Cobertura de Risco	Winklevoss, CSO-58 e GKM-70 Male	IGP-M, ICPA e TR	6% a.a.

### k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As empresas de previdência podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas com tributos.

**l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 13.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	287	326
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>326</b>

### 5. APLICAÇÕES

#### a) Composição por Classificação

Ativos Financeiros	31/12/2025			
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros Mensurados</b>				
<b>ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>2.112.488</b>	<b>(230.231)</b>	<b>- 1.882.257</b>	<b>86,1%</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>2.096.167</b>	<b>(230.231)</b>	<b>- 1.865.936</b>	<b>85,4%</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	205.185	38	- 205.223	9,4%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.890.982	(230.269)	- 1.660.713	76%
<b>Títulos Privados</b>	<b>16.321</b>	-	<b>- 16.321</b>	<b>0,7%</b>
Cotas de Fundo de Investimento	16.321	-	- 16.321	0,7%
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultado Abrangentes</b>	<b>308.339</b>	-	<b>(5.808)</b>	<b>302.531</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>308.339</b>	-	<b>(5.808)</b>	<b>302.531</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	260.428	-	(283)	260.145
Notas do Tesouro Nacional - NTN	47.911	-	(5.525)	42.386
<b>Total</b>	<b>2.420.827</b>	<b>(230.231)</b>	<b>(5.808)</b>	<b>2.184.788</b>

As Notas do Tesouro Nacional (NTN) correspondem aos títulos NTN-B, NTN-F e NTN-C.

Ativos Financeiros	31/12/2024			
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil
<b>Ativos Financeiros Mensurados</b>				
<b>ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>2.119.338</b>	<b>(196.076)</b>	<b>- 1.923.262</b>	<b>82,3%</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>2.073.288</b>	<b>(196.076)</b>	<b>- 1.877.212</b>	<b>80,3%</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	72.066	1	- 72.067	3,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.001.222	(196.077)	- 1.805.145	77,2%
<b>Títulos Privados</b>	<b>46.050</b>	-	<b>- 46.050</b>	<b>2,0%</b>
Cotas de Fundo de Investimento	46.050	-	- 46.050	2,0%
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultado Abrangentes</b>	<b>425.535</b>	-	<b>(9.902)</b>	<b>415.633</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>425.535</b>	-	<b>(9.902)</b>	<b>415.633</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	377.001	-	(63)	376.938
Notas do Tesouro Nacional - NTN	48.534	-	(9.839)	38.695
<b>Total</b>	<b>2.544.873</b>	<b>(196.076)</b>	<b>(9.902)</b>	<b>2.338.895</b>

As Notas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos Administradores dos fundos diariamente.

#### c) Movimentação das Aplicações

Ativos Financeiros	31/12/2025					
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
<b>Ativos Financeiros Mensurados</b>						
<b>ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>16.321</b>	<b>362</b>	<b>12.028</b>	<b>86.107</b>	<b>1.767.439</b>	<b>1.882.257</b>
<b>Títulos Públicos</b>	-	-	-	-	<b>1.767.439</b>	<b>1.865.936</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	362	12.028	86.107	106.726
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	1.660.713
<b>Títulos Privados</b>	<b>16.321</b>	-	-	-	-	<b>16.321</b>
Cotas de Fundo de Investimento	16.321	-	-	-	-	16.321
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	<b>- 262.268</b>	-	-	-	<b>40.263</b>	<b>302.531</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>- 262.268</b>	-	-	-	<b>40.263</b>	<b>302.531</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	- 260.145	-	-	-	-	- 260.145
Notas do Tesouro Nacional - NTN	- 2.123	-	-	-	40.263	42.386
<b>Total</b>	<b>16.321</b>	<b>262.630</b>	<b>12.028</b>	<b>86.107</b>	<b>1.807.702</b>	<b>2.184.789</b>

As Notas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos Administradores dos fundos diariamente.

#### d) Garantia das Provisões Técnicas

Ativos Financeiros	31/12/2025			
	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Saldo em 31/12/2025
<b>Ativos Financeiros Mensurados</b>				
<b>ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>1.923.262</b>	<b>570.551</b>	<b>(692.362)</b>	<b>80.805</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.877.212</b>	<b>318.741</b>	<b>(405.467)</b>	<b>75.449</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	72.067	318.741	(204.518)	18.933
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.805.145	-	(200.949)	56.517
<b>Títulos Privados</b>	<b>46.050</b>	<b>251.810</b>	<b>(286.895)</b>	<b>5.356</b>
Cotas de Fundo de Investimento	46.050	251.810	(286.895)	5.356
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	376.938	-	(160.574)	44.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	38.695	-	(4.245)	3.623
<b>Total</b>	<b>2.338.895</b>	<b>570.551</b>	<b>(857.180)</b>	<b>128.428</b>

Saldo em 31/12/2025 31/12/2024

Ativos Financeiros	31/12/2025			
	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Saldo em 31/12/2025
<b>Ativos Financeiros Mensurados</b>				
<b>ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>1.923.262</b>	<b>570.551</b>	<b>(692.362)</b>	<b>80.805</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.877.212</b>	<b>318.741</b>	<b>(405.467)</b>	<b>75.449</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	72.067	318.741	(204.518)	18.933
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.805.145	-	(200.949)	56.517
<b>Títulos Privados</b>	<b>46.050</b>	<b>251.810</b>	<b>(286.895)</b>	<b>5.356</b>
Cotas de Fundo de Investimento	46.050	251.810	(286.895)	5.356
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	376.938	-	(160.574)	44.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	38.695	-	(4.245)	3.623
<b>Total</b>	<b>2.338.895</b>	<b>570.551</b>	<b>(857.180)</b>	<b>128.428</b>

Saldo em 31/12/2025 31/12/2024

Ativos Financeiros	31/12/2025			
	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Saldo em 31/12/2025
<b>Ativos Financeiros Mensurados</b>				
<b>ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>1.923.262</b>	<b>570.551</b>	<b>(692.362)</b>	<b>80.805</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.877.212</b>	<b>318.741</b>	<b>(405.467)</b>	<b>75.449</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	72.067	318.741	(204.518)	18.933
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.805.145	-	(200.949)	56.517
<b>Títulos Privados</b>	<b>46.050</b>	<b>251.810</b>	<b>(286.895)</b>	<b>5.356</b>
Cotas de Fundo de Investimento	46.050	251.810	(286.895)	5.356
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	376.938	-	(160.574)	44.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	38.695	-	(4.245)	3.623
<b>Total</b>	<b>2.338.895</b>	<b>570.551</b>	<b>(857.180)</b>	<b>128.428</b>

Saldo em 31/12/2025 31/12/2024

Ativos Financeiros	31/12/2025			
	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Saldo em 31/12/2025
<b>Ativos Financeiros Mensurados</b>				
<b>ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>1.923.262</b>	<b>570.551</b>	<b>(692.362)</b>	<b>80.805</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.877.212</b>	<b>318.741</b>	<b>(405.467)</b>	<b>75.449</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	72.067	318.741	(204.518)	18.933
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.805.145	-	(200.949)	56.517
<b>Títulos Privados</b>	<b>46.050</b>	<b>251.810</b>	<b>(286.895)</b>	<b>5.356</b>
Cotas de Fundo de Investimento	46.050	251.810	(286.895)	5.356
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	376.938	-	(160.574)	44.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	38.695	-	(4.245)	3.623
<b>Total</b>	<b>2.338.895</b>	<b>570.551</b>	<b>(857.180)</b>	<b>128.428</b>

Saldo em 31/12/2025 31/12/2024

Ativos Financeiros	31/12/2025			
	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Saldo em 31/12/2025
<b>Ativos Financeiros Mensurados</b>				
<b>ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>1.923.262</b>	<b>570.551</b>	<b>(692.362)</b>	<b>80.805</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.877.212</b>	<b>318.741</b>	<b>(405.467)</b>	<b>75.449</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	72.067	318.741	(204.518)	18.933
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.805.145	-	(200.949)	56.517
<b>Títulos Privados</b>	<b>46.050</b>	<b>251.810</b>	<b>(286.895)</b>	<b>5.356</b>
Cotas de Fundo de Investimento	46.050	251.810	(286.895)	5.356
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	376.938	-	(160.574)	44.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	38.695	-	(4.245)	3.623
<b>Total</b>	<b>2.338.895</b>	<b>570.551</b>	<b>(857.180)</b>	<b>128.428</b>

Saldo em 31/12/2025 31/12/2024

Ativos Financeiros	31/12/2025			
	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Saldo em 31/12/2025
<b>Ativos Financeiros Mensurados</b>				
<b>ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>1.923.262</b>	<b>570.551</b>	<b>(692.362)</b>	<b>80.805</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.877.212</b>	<b>318.741</b>	<b>(405.467)</b>	<b>75.449</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	72.067	318.741	(204.518)	18.933
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.805.145	-	(200.949)	56.517
<b>Títulos Privados</b>	<b>46.050</b>	<b>251.810</b>	<b>(286.895)</b>	<b>5.356</b>
Cotas de Fundo de Investimento	46.050	251.810	(286.895)	5.356
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>415.633</b>	-	<b>(164.818)</b>	<b>47.623</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	376.938	-	(160.574)	44.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	38.695	-	(4.245)	3.623
<b>Total</b>	<b>2.338.895</b>	<b>570.551</b>	<b>(857.180)</b>	<b>128.428</b>

Saldo em 31/12/2025 31/12/2024

Ativos Financeiros	31/12/2025			
	Saldo em 31/12/2024	Aplicações	Resgates	Saldo em 31/12/2025
<b>Ativos Financeiros Mensurados</b>				
<b>ao Valor Justo por Meio do Resultado</b>	<b>1.923.262</b>	<b>570.551</b>	<b>(692.362)</b>	<b>80.805</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.877.212</b>	<b>318.741</b>	<b>(405.467)</b>	<b>75.449</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	72.067	318.741	(204.518)	18.933
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.805.145	-	(200.949)	56.517
<b>Títulos Privados</b>	<b>46.050</b>	<b>251.810</b>	<b>(286.895)</b>	<b>5.356</b>
Cotas de Fundo de Investimento	46.050	251.810	(286.895)	5.356
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	<b>415.633</b> </			



# Evidence Previdência S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Sinistros Incorridos	Triângulo Acumulado de Desenvolvimento de Sinistros											
	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Até o ano da ocorrência	5.476	183	352	287	86	1.093	95	50	13	161	-	-
Um ano após a ocorrência	5.476	187	352	287	86	1.184	95	50	16	161	-	-
Dois anos após a ocorrência	5.577	187	417	288	86	1.184	95	49,692	16,11	-	-	-
Três anos após a ocorrência	5.577	187	417	296	86	1.184	95	49,692	-	-	-	-
Quatro anos após a ocorrência	5.577	187	417	296	86	1.184	95	-	-	-	-	-
Cinco anos após a ocorrência	5.577	195	417	296	86	1.184	-	-	-	-	-	-
Seis anos após a ocorrência	5.593	195	417	296	86	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após a ocorrência	5.593	195	417	296	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após a ocorrência	5.593	195	417	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após a ocorrência	5.593	195	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após a ocorrência	5.593	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição em 31 de dezembro 2025</b>	<b>5.593</b>	<b>195</b>	<b>417</b>	<b>296</b>	<b>86</b>	<b>1.184</b>	<b>95</b>	<b>50</b>	<b>16</b>	<b>161</b>	<b>-</b>	<b>8.092</b>

Por determinação da SUSEP, na Circular 678, Artigo 11, a PSL de Rendas Vencidas foi alterada para a conta de PVR. Optamos por manter o triângulo de desenvolvimento, considerando, desta forma, o saldo da PVR de Rendas Vencidas.

### 16. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### Comitê de auditoria

A Evidence adotou a prerrogativa de aderir ao Comitê de Auditoria Único na instituição líder do Conglomerado Financeiro do Santander, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores.

ADMINISTRAÇÃO	
<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Diretoria Executiva Responsável pelos Controles Internos</b>
<b>Diretores Executivas</b>	
Anna Paula Dorco Armonia	Rachel Rhein Silva
Vanessa Alessi Manzi	
<b>Atuário Responsável Técnico</b>	<b>Contadora</b>
Jardel Monti - MIBA 2664	Anna Paula Dorco Armonia - CRC Nº 1SP - 198352/9

### PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

#### Evidence Previdência S.A.

São Paulo - SP

#### Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Evidence Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

#### Responsabilidade da Administração

A Administração da Evidence Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Nossa auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Evidence Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

#### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Evidence Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Sinistros Pagos	Triângulo Acumulado de Pagamento de Sinistros											
	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Até o ano da ocorrência	-	-	149	150	-	150	-	-	-	-	23	-
Um ano após a ocorrência	-	71	338	150	34	187	-	-	9	59	-	-
Dois anos após a ocorrência	134	111	403	150	86	187	-	-	9	-	-	-
Três anos após a ocorrência	143	111	403	210	86	187	-	-	-	-	-	-
Quatro anos após a ocorrência	183	111	403	210	86	187	-	-	-	-	-	-
Cinco anos após a ocorrência	183	111	403	210	86	187	-	-	-	-	-	-
Seis anos após a ocorrência	220	111	403	210	86	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após a ocorrência	1.039	111	403	210	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após a ocorrência	3.362	111	403	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após a ocorrência	3.696	111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após a ocorrência	3.806	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição em 31 de dezembro 2025</b>	<b>3.766</b>	<b>111</b>	<b>403</b>	<b>210</b>	<b>86</b>	<b>187</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>59</b>	<b>-</b>	<b>4.831</b>
<b>Provisão de Valores a Regularizar em 31/12/2025</b>	<b>1.788</b>	<b>84</b>	<b>14</b>	<b>85</b>	<b>-</b>	<b>996</b>	<b>95</b>	<b>50</b>	<b>7</b>	<b>102</b>	<b>-</b>	<b>3.220</b>

#### Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0001-55

R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

#### Anexo I

##### Evidence Previdência S.A.

(Em milhares de Reais)

##### 1. Provisões Técnicas

Total de provisões técnicas auditadas **31/12/2025** 1.492.110

##### 2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido

Capital Base (a) 15.000

Capital de Risco (CR) (b) 186.129

**Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b) 186.129**

**3. Demonstrativo da Solvência 31/12/2025**

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a) 742.437

Ajustes Econômicos do PLA 36.675

Exigência de Capital (CMR) (b) 186.129

**Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b) 556.308**

Ativos Garantidores (d) 2.168.477

Total a ser Coberto (e) 1.492.110

**Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e) 676.367**

**4. Demonstrativo dos limites de retenção (Planos SUSEP) 31/12/2025**

Coberturas de morte e invalidez de previdência 5.000

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Evidence Previdência S.A.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evidence Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Mensuração do valor justo de ativos financeiros classificados como nível 3 (Notas 3(e) e 5)</b></p> <p>A mensuração do valor justo dos ativos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo continua sendo uma área de foco em nossa auditoria, devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de julgamento por parte da Administração, uma vez que a mensuração do valor justo desses instrumentos dependem de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos com base em determinadas premissas.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo desses ativos financeiros.</p> <p>Realizamos o entendimento quanto às metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas no mercado. Adicionalmente, efetuamos testes independentes de valorização.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo destes ativos financeiros classificados como nível 3 são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p><b>Mensuração das provisões técnicas de previdência complementar (PMBaC, PMBC e PCC - Notas 3(i) e 8)</b></p> <p>A Companhia registrou obrigações decorrentes de seus contratos de previdência complementar que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Previdência Complementar" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), (ii) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) e (iii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC).</p> <p>A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de previdência deve seguir as metodologias de cálculo e premissas atuariais e financeiras estipuladas nas condições gerais dos produtos de previdência comercializados pela Companhia.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia realiza a cada data-base das demonstrações financeiras, o Teste de Adequação de Passivos (TAP), com o objetivo de mensurar possíveis insuficiências relacionadas às provisões técnicas de previdência complementar.</p> <p>Continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões no contexto das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos controles relevantes relacionados ao processo de registro e reconciliação dos saldos contábeis, avaliação e aprovação das premissas e metodologias utilizadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia. Realizamos testes documentais para as movimentações relevantes ocorridas, durante o exercício, nas provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos, tais como, pagamentos de resgates, saídas em portabilidade, atualização monetária, concessão e pagamentos de benefícios, entre outros.</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia e suas correspondentes implementações de acordo com as documentações técnicas pertinentes, bem como as principais premissas atuariais consideradas pela Administração na mensuração dos cálculos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) e da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Ainda, avaliamos a razoabilidade das movimentações das provisões técnicas no exercício findo em dezembro de 2025, e recalculamos de forma independente a PMBC.</p> <p>Adicionalmente, efetuamos a revisão do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação de Passivos.</p> <p>Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a evidência de aprovação das notas técnicas atuariais e as divulgações efetuadas, são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p><b>Ambiente de tecnologia da informação</b></p> <p>A Evidence Previdência S.A. está inserida no ambiente de tecnologia do Banco Santander (Brasil) S.A., controlador indireto da Companhia. O Banco Santander tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos nossa avaliação do mesmo e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação.</p> <p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Companhia.</p> <p>Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.</p>

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria

sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia

são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) não conhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes  
Contador  
CRC 1SP222767/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 27/02/2026  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link